

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM DE PORTUGAL CONTINENTAL

Alexandre Cancela d'Abreu

Universidade de Évora – Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico

Teresa Pinto Correia

Universidade de Évora – Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico

RESUMO

A identificação e caracterização de unidades de paisagem de Portugal Continental é um estudo encomendado pela Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) à Universidade de Évora, no âmbito do Programa Interreg.

Pretende-se identificar e caracterizar os tipos de paisagens e registar a sua distribuição, agregando-os em unidades relativamente homogêneas com expressão correspondente. A cada uma destas unidades estão associadas um conjunto de indicações relativamente aos seus valores, degradações, ameaças e directrizes para o ordenamento e gestão territorial. A escala do trabalho é a 1: 250 000, o que permite a sua utilização no processo de ordenamento do território.

Simultaneamente estão a ser desenvolvidos estudos de caso que permitem testar a metodologia e aprofundar a caracterização para um conjunto de áreas que são, de alguma forma, representativas dos principais tipos de paisagem de Portugal Continental.

Tanto uma como outra componente da metodologia de trabalho se baseiam na utilização de SIG, bem como em verificações no terreno e contactos com interlocutores privilegiados para as várias regiões. A elaboração deste estudo decorre em simultâneo ao trabalho que decorre em Espanha, com os mesmos objectivos, e as equipas responsáveis da Universidade de Évora e da Universidade de Madrid estabelecem contactos frequentes para que os resultados finais possam ser apresentados de forma conjunta.

A Secretaria Regional do Ambiente e Ordenamento do Território dos Açores solicitou à Universidade de Évora a elaboração do mesmo tipo de estudo para o território açoreano, estudo esse que está a decorrer com base numa metodologia de trabalho semelhante. O Estudo para Portugal Continental estará concluído em Junho de 2001 e o Estudo para o Açores em Agosto de 2001.

Palavras-chave: Unidades de Paisagem de Portugal Continental.

RESUMEN

La identificación y caracterización de unidades de paisajes de Portugal Continental es un estudio encomendado por la Dirección General de Ordenación del Territorio y Desarrollo Urbano (DGOTDU) a la Universidad de Évora, en el ámbito del Programa de Interreg.

Se pretende identificar y caracterizar los tipos de paisajes y registrar su distribución, agregándolos en unidades relativamente homogéneas con su expresión correspondiente. A cada una de estas unidades están asociadas un conjunto de indicadores, relativo a sus valores, degradaciones, amenazas y directrices para el ordenamiento y gestión territorial. La escala de trabajo es a 1:250.000, lo que permite su utilización en el proceso de ordenación del territorio.

Simultáneamente se van a desarrollar estudios de casos que permitan iniciar la metodología y profundizar en la caracterización para un conjunto de áreas que son, de alguna forma, representativas de los principales tipos de paisajes de Portugal Continental.

Tanto uno como otro componente de la metodología de trabajo se basa en la utilización del SIG, tanto en verificaciones sobre el terreno como en contactos con interlocutores privilegiados para las diversas regiones. La elaboración de este estudio discurre simultáneamente al trabajo que se desarrolla en España, con los mismos objetivos, y los equipos responsables de la Universidad de Évora y de la Universidad de Madrid establecen contactos frecuentes para que los resultados finales puedan ser presentados de forma conjunta.

La Secretaría Regional de Ambiente y Ordenación del Territorio de las Azores solicitó a la Universidad de Évora la elaboración del mismo tipo de estudio para el territorio de las Azores, estudio que se desarrollará en base a la misma metodología de trabajo semejante. El estudio para Portugal Continental estará concluido en junio de 2.001 y el estudio para las Azores en agosto de 2.001.

Palabras claves: unidades de paisajes de Portugal Continental.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o estudo "Identificação e caracterização das paisagens em Portugal Continental", a decorrer no Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora entre Julho de 1999 e Julho de 2001. Este estudo responde a uma encomenda da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbanístico. Enquadra-se no programa INTERREG II e decorre em paralelo com um estudo equivalente para o território espanhol, sob a responsabilidade de uma equipa da Universidade Autónoma de Madrid e encomendado pela Secretaria de Estado das Águas e Costas, do Ministério do Ambiente Espanhol. Embora os dois estudos não sigam exactamente a mesma metodologia, houve um contacto permanente entre as duas equipas e preocupações específicas quanto à faixa de fronteira, o que garante a coerência entre os resultados de ambos os países.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM DE PORTUGAL CONTINENTAL

A identificação e caracterização da paisagem, assim como a definição e o aperfeiçoamento de métodos de monitorização e de medidas de gestão que assegurem a utilização racional dos recursos naturais e a multifuncionalidade da própria paisagem, têm sido aspectos muito desenvolvidos nas últimas décadas, essencialmente no Norte da Europa. No entanto, durante a década de 90, a tomada de consciência das potencialidades da paisagem como base para uma abordagem integrada à gestão do território e das actividades humanas, levaram a que se desenvolvessem em vários países europeu, tanto do Norte como do Sul, estudos nacionais de identificação e caracterização da paisagem (Countryside Commission 1998; Helmfrid 1994; Mansikka et al 1993; Marusic et al 1998; Usher 1999; Walder and Glam 1998). Alguns destes estudos encontram-se terminados, outros ainda em fase de elaboração. À semelhança dos estudos português e espanhol, aqueles têm sido maioritariamente elaborados por equipas universitárias e de investigação, respondendo a encomendas de entidades estatais ligadas sobretudo ao ordenamento do território. O objectivo destas entidades tem sido fundamentalmente o de adquirir informação de base, para todo o território nacional, que sirva de suporte à necessária abordagem integrada para a gestão do território.

Em 1996, foi adoptada pelo conjunto dos países do Conselho da Europa, a Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Biológica a Paisagística, preparada pelo Conselho da Europa, o PNUA e o European Centre for Nature Conservation (ECNC 1996). Esta estratégia, resultante da Conferência do Rio e dos trabalhos relativos à Convenção sobre a Diversidade Biológica, salienta a necessidade da política de conservação se preocupar também com a diversidade de paisagem, e não só com a diversidade biológica. A diversidade da paisagem é considerada como a expressão formal das numerosas relações existentes num determinado período entre a sociedade e o território. A Estratégia defende a necessidade de uma política para as paisagens, se possível uma política europeia, integrando a especificidade de todos os tipos de paisagem que constituem a diversidade da Europa.

Mais recentemente, foi aprovada pelo Conselho da Europa a Convenção Europeia das Paisagens (Conselho da Europa 2000), já assinada por vários países, encontrando-se o processo de ratificação actualmente a decorrer. Esta Convenção baseia-se no reconhecimento de que a paisagem integra o património natural e cultural europeu, contribuindo de uma forma marcante para a construção das culturas locais e para a consolidação da identidade europeia, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações. Os objectivos da Convenção partem da constatação de que as paisagens europeias, devido a uma diversidade de factores, se encontram num processo acelerado de transformação em várias e diferentes direcções, o que justifica a necessidade de intervenção. Assim, os países que assinam a Convenção comprometem-se:

- a) a reconhecer juridicamente a paisagem como elemento fundamental da qualidade de vida das populações, expressão da diversidade do seu património comum, tanto cultural como natural, e portanto, parte importante da sua identidade;
- b) a definir e a pôr em prática políticas de paisagem visando a sua protecção e gestão;
- c) a implementar processos de participação do público, das autoridades locais e regionais, e dos outros actores que possam ser implicados na concepção e aplicação de políticas para a paisagem;
- d) a integrar a paisagem nas políticas de ordenamento do território, urbanismo, nas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, tal como em todas as políticas que tenham um efeito directo ou indirecto sobre a paisagem.

Para que estes processos possam avançar é necessário, num primeiro momento, que as paisagens de cada país sejam identificadas e caracterizadas, e mesmo avaliadas quanto a um conjunto de qualidades reconhecidas como necessárias para a sua multifuncionalidade.

A DGODU encomendou assim este estudo à Universidade de Évora no âmbito de uma tendência europeia generalizada de reconhecimento e estudo da paisagem, antecipando-se à Convenção Europeia das paisagens, que viria de qualquer forma a tornar este estudo necessário.

Segundo o que foi definido inicialmente, pretende-se que todo o território nacional seja tratado de uma forma homogénea, com as mesmas bases de informação, de forma a identificar e a caracterizar unidades de paisagem, e a poder identificar linhas orientadoras para a sua gestão. O incremento da consciencialização do público e da sensibilização da administração local e regional, embora não sendo objectivos primordiais, são também considerados como aspectos importantes.

PAISAGEM

O conceito de paisagem é complexo, e permite um largo espectro de definições e aproximações, largamente determinadas pela abordagem e especialidade de quem o utiliza. É também um conceito que tem vindo a ser cada vez mais utilizado, em diferentes contextos e por uma grande variedade de disciplinas. É assim importante que, em cada abordagem à paisagem, seja esclarecido o conceito e a forma como este é utilizado.

A paisagem constitui um sistema complexo e dinâmico, onde os diferentes factores naturais e culturais se influenciam uns aos outros e evoluem em conjunto ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global (Forman and Godron 1986; Naveh and Lieberman 1994; Zonneveld 1990). A compreensão da paisagem implica o conhecimento de factores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da actividade humana ao longo do tempo, bem como a compreensão da sua articulação, constituindo uma realidade multifacetada. A expressão visual desta articulação, num determinado momento, constitui a paisagem que pode ser vista por cada observador, segundo a sua percepção e os seus interesses específicos.

A paisagem é assim, na generalidade do território europeu, uma paisagem cultural, expressão dos diversos recursos naturais existentes mas também da acção humana sobre esses recursos. A paisagem natural é aquela onde a articulação dos diversos factores naturais ao longo do tempo não foi afectada pela acção humana, o que é raro na Europa. Em geral de uma forma directa, mas também de uma forma indirecta, praticamente todas as paisagens europeias registam em maior ou menor grau o impacto da acção humana.

Para além das suas características e complexidade intrínsecas, a paisagem tem também uma componente perceptiva e emotiva (Saraiva 1999), que fundamenta o seu papel de relevo na construção da identidade local, tal como salientado na Convenção Europeia das Paisagens. Este papel da paisagem já foi destacado por Orlando Ribeiro, ao afirmar que a paisagem de hoje, correspondendo a um produto do passado, constitui um registo da memória colectiva (Ribeiro 1986). Tal como salienta Jorge Gaspar (1993), "a paisagem torna-se um elemento tão poderoso de identificação cultural que, como a língua e

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM DE PORTUGAL CONTINENTAL

a religião - no que ela transporta de código comportamental - entra no pano de fundo do universo onírico (...) E o mais espantoso ainda é que, ainda como a língua e a religião, também a paisagem se actualiza permanentemente".

Na língua francesa, o conceito de "pays" exprime de forma clara esta ligação: o "pays" é considerado com um território, com uma paisagem que lhe é própria, com características naturais, sociais e culturais suficientemente homogéneas, para contribuírem para a existência e reconhecimento da sua identidade, pelos que lá vivem e pelos que o consideram de fora (Janin 1995).

A definição de unidades de paisagem deve tomar em conta esta multiplicidade de factores, tanto da componente mais objectiva, ou material, como da componente mais subjectiva.

Assim, para esta aproximação à escala nacional, foram consideradas unidades de paisagem áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, sendo estas normalmente reflectidas num padrão específico e que se repete, que diferencia a unidade em causa da área que a envolve. Para além deste padrão, para que se defina uma unidade, deve haver uma coerência interna e um carácter próprio, identificável do interior e do exterior e directamente associado às representações da paisagem na identidade local e/ou regional. Esta definição de unidade de paisagem corresponde em traços largos ao conceito de "landscape character area", utilizado pelos ingleses e escoceses (Countryside Commission 1998; Usher 1999).

ABORDAGEM METODOLÓGICA

De forma a assegurar a medida do possível a integração interdisciplinar que o estudo da paisagem requer, a equipa formada para o estudo é uma equipa interdisciplinar, composta sobretudo por arquitectos paisagistas e geógrafos, mas com diferentes percursos e áreas de investigação, tendo todos experiência no estudo e/ou gestão da paisagem. Para além disso, a equipa apoia-se num grupo de consultores com formações disciplinares e abordagens muito diversas.

Este estudo é composto por várias tarefas, com durações e investimento em termos de trabalho de âmbitos diferentes, mas todas importantes e complementares entre si. São estas:

- a) Revisão da bibliografia referente a estudos equivalentes noutros países da Europa e nomeadamente à abordagem escolhida e à metodologia utilizada;
- b) Revisão da bibliografia existente quanto à caracterização e classificação do território português; selecção e caracterização de grandes unidades territoriais como forma de enquadrar a identificação e caracterização das unidades de paisagem;
- c) Identificação das unidades em todo o país e definição dos seus limites;
- d) Caracterização das unidades definidas, incluindo tendências, potencialidades e ameaças, bem como a respectiva apreciação;
- e) Selecção e elaboração de estudos de caso diversificados, a uma escala de maior pormenor;
- f) Formulação de linhas orientadoras para gestão da paisagem.

Pela sua natureza, são a identificação e a caracterização das unidades de paisagem as componentes centrais do estudo, que exigiram o desenvolvimento e sucessivo aperfeiçoamento de uma metodologia própria.

Para a definição das unidades de paisagem em todo o território, podem distinguir-se duas fases complementares:

1) Trabalho de gabinete, composto por:

- Selecção de variáveis a serem consideradas explicitamente: litologia, morfologia, altimetria, hidrografia, solos, uso do solo, estrutura da propriedade, tipos do povoamento. Outras variáveis fundamentais, como o clima, ou a proximidade do oceano, são consideradas implicitamente. Decisão sobre a escala base de trabalho: 1:250 000.

- Recolha da informação disponível para todo o país, para cada uma das variáveis, e tratamento da mesma informação, quando necessário, de forma a obter a respectiva cartografia, para todo o território. Recolha de informação complementar, tal como imagem de satélite e fotografia aérea (ortofotomapas).

- Cruzamento da informação relativa às variáveis consideradas, ponderado pelo conhecimento dos membros da equipa e informação recolhida através da bibliografia, sobre as paisagens portuguesas. Deste cruzamento resultou um primeiro esboço de delimitação de unidades de paisagem.

- Verificação deste primeiro esboço, com base na imagem de satélite e nos ortofotomapas e em sessões contínuas de trabalho envolvendo vários membros da equipa em simultâneo.

- Primeira aproximação à designação das unidades, de forma a obter designações coerentes mas também facilmente reconhecíveis pelos técnicos da administração e, sobretudo, pelo público.

2) Trabalho de campo, composto por:

- Verificação da coerência e dos limites definidos no esboço de gabinete, através de percursos no terreno, com um trajecto previamente definido de forma a cobrir todas as unidades e sobretudo as áreas onde maiores dúvidas tinham sido detectadas.

- Apresentação das unidades a interlocutores privilegiados, seleccionados previamente a nível regional, de forma a recolher informação e opiniões quanto à coerência das unidades e dos seus limites, ao seu carácter e à sua designação.

Esta fase é ainda seguida de mais um momento de trabalho em gabinete, por vários membros da equipa em conjunto, para mais uma vez verificar a coerência e os limites das unidades e introduzir as correcções necessárias.

Esta abordagem, claramente baseada no conhecimento e capacidade de síntese dos peritos, permite uma real flexibilidade na selecção do ou dos parâmetros que são determinantes em cada situação para a individualização de uma unidade de paisagem. E faz também com que automaticamente a paisagem mais objectiva, "material", seja combinada com a paisagem mais subjectiva, do domínio das suas representações.

Quanto à caracterização das unidades, esta é feita fundamentalmente em gabinete, com base na cartografia produzida e na bibliografia seleccionada, sendo esta informação enriquecida substancialmente pela informação recolhida no campo, tanto nos trajectos percorridos como no contacto com os interlocutores privilegiados, assim como pelo conhecimento das paisagens portuguesas existente entre o conjunto de peritos da equipa.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM DE PORTUGAL CONTINENTAL

Para além das fontes de informação já mencionadas, de forma a identificar as actuais dinâmicas e tendências de mudança no padrão de paisagem de cada unidade, são ainda recolhidos vários tipos de dados por concelho ou freguesia, como a população e a evolução demográfica, as áreas de floresta actual e as áreas plantadas com as diversas espécies, nos últimos anos ao abrigo da Reg. 2080/92 da União Europeia, as áreas ardidas nos últimos anos, as áreas submetidas às diferentes medidas agro-ambientais, etc.

Quanto à avaliação da paisagem, tendo em conta a escala de trabalho e a informação que é possível tratar neste estudo, de carácter integrado e sem aprofundar nenhuma área científica em particular, trata-se mais de uma apreciação descritiva, feita por peritagem e baseada em critérios previamente definidos e iguais para todas as unidades.

Os critérios seleccionados resultam de uma análise de bibliografia específica relativa a métodos desenvolvidos noutros países, com finalidades semelhantes, e também de um debate prolongado dentro da equipa e desta com os consultores. São estes: a) carácter da paisagem, que reflecte a sua capacidade narrativa, o seu peso em termos históricos e culturais; b) coerência de usos, ou seja, de cada uso em relação às características biofísicas do território e de uns usos em relação aos outros, permitindo uma maior ou menor multifuncionalidade; c) riqueza biológica, tanto quanto a biodiversidade como a presença de espécies de elevado valor para a conservação; d) raridade da paisagem em causa, em Portugal ou em termos internacionais; e) impressão pictórica, aspectos sensoriais da paisagem.

De forma a assegurar uma maior homogeneidade na apreciação de todas as unidades, são os mesmos peritos dentro da equipa que o fazem para o conjunto das unidades consideradas.

Para cada unidade é construída uma ficha de caracterização, contendo, além do texto segundo campos e parâmetros definidos, cartografia específica da unidade assim como fotografias significativas. As fichas de cada unidade são completadas com a informação contida noutro tipo de fichas, contemplando “grandes unidades de paisagem” referidas acima, dentro das quais se organizam as unidades de paisagem definidas no estudo.

Complementarmente, foram seleccionadas algumas áreas, tentando cobrir a maior diversidade de situações no contexto nacional, nas quais se desenvolveram estudos de caso. Alguns destes estudos de caso correspondem à totalidade de uma unidade de paisagem, outros só a parte de uma unidade, outros ainda atravessam várias unidades. O objectivo destes estudos de caso foi descer a um maior pormenor, permitindo um tratamento mais aprofundado da paisagem, das suas características e da sua dinâmica. É assim possível testar a abordagem seleccionada e a metodologia desenvolvida. Os estudos de caso serviram também para testar a possível utilização de outras metodologias, como por exemplo a definição de unidades baseada numa análise de clusters.

Em relação ao estudo desenvolvido em Espanha, e tal como foi referido inicialmente, a metodologia é diferente, o que se prende com diferentes abordagens da equipa, mas sobretudo com as diferenças nas dimensões do território a considerar e com as características desses mesmos territórios. No entanto, os critérios para a definição das unidades de paisagem são semelhantes. Por outro lado, as duas equipas acompanharam de perto os trabalhos uma da outra, tendo a preocupação de verificar a coerência e eventual continuidade das unidades definidas nos dois países ao longo da fronteira, o que deve permitir ter uma imagem final de conjunto de toda a Península Ibérica (Fig.1).

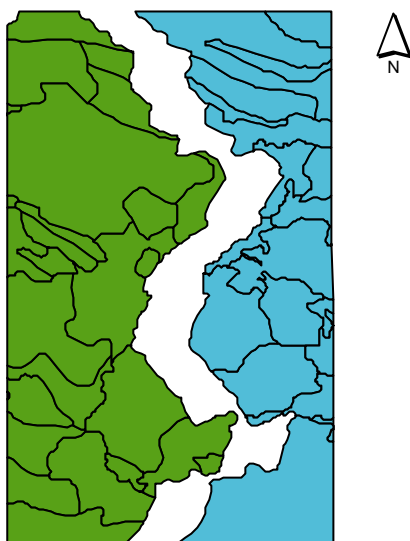
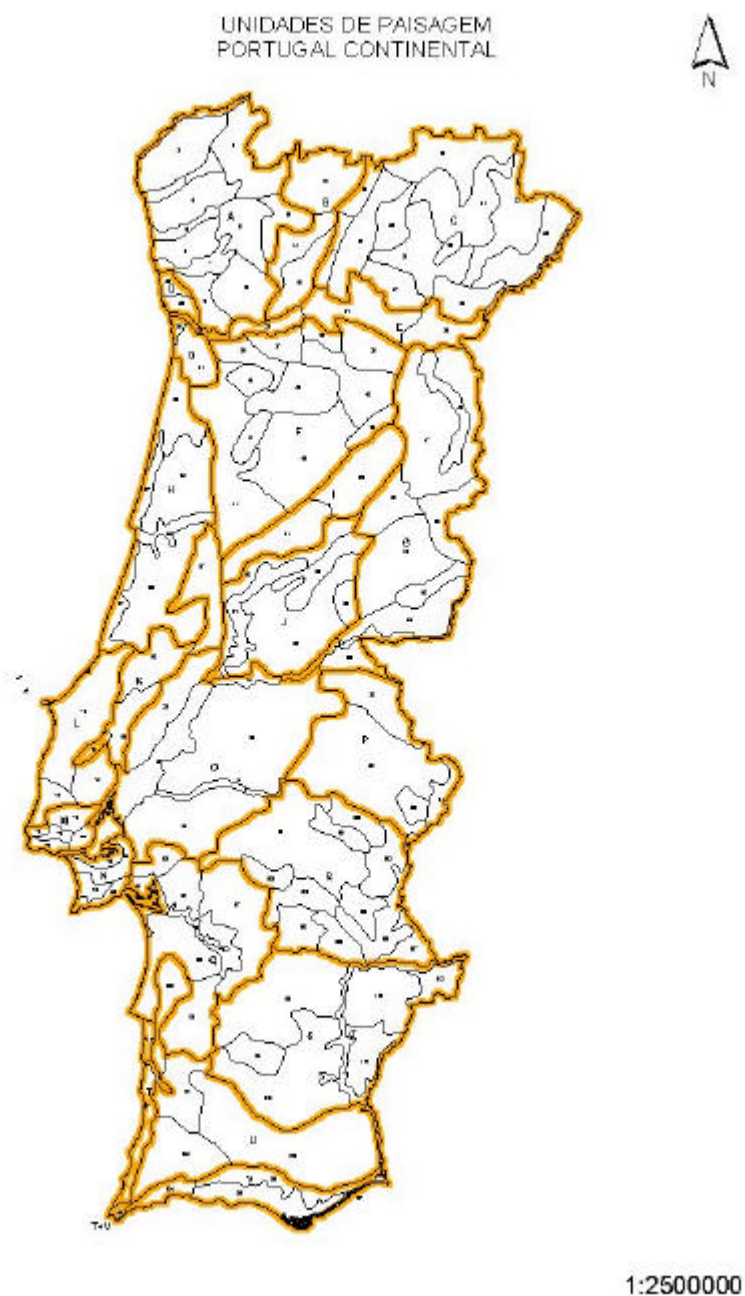


Figura 1 - Esboço de Unidades de Paisagem Portugal (Alentejo Interior) - Espanha (Extremadura)

RESULTADOS

Foram definidas cerca de 128 unidades de paisagem para todo o território de Portugal Continental (Fig.2). Estas unidades foram reunidas em grupos de unidades segundo caracterizações geográficas já existentes para o país e que dizem respeito sobretudo a características de clima, morfologia e vegetação (Fig.2). Foram considerados 22 grupos de unidades, de dimensões variáveis. Quanto às unidades, algumas foram subdivididas em sub-unidades. Apesar dos esforços para respeitar critérios claramente definidos, muitas vezes foi difícil a decisão entre a individualização de uma unidade ou a consideração da mesma área como sub-unidade de uma unidade maior.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM DE PORTUGAL CONTINENTAL



Foram consideradas como unidades de paisagem áreas com características de paisagem relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exactamente iguais em toda a área, mas por terem um padrão específico que se repete e que diferencia a unidade em causa da área envolvente. O factor determinante para a especificidade da paisagem numa Unidade não é sempre o mesmo: podem ser as formas do relevo, a altitude, o uso do solo, a urbanização, etc. Para além do padrão de paisagem específico, para que se defina uma Unidade considerou-se também que devia existir uma coerência interna e um carácter próprio, identificável do interior e do exterior e directamente associado às representações da paisagem na identidade local e/ou regional.

Na generalidade, foram consideradas como sub-unidades áreas com características claramente diferentes do que as envolve, mas com dimensão demasiado reduzida para corresponder a uma unidade, ou áreas que tinham características semelhantes à envolvente mas que sofreram recentemente alterações significativas provocadas pela actividade humana, ou ainda áreas de grandes dimensões com características semelhantes ao resto da unidade mas distintas por algum aspecto particular.

A individualização de unidades, mesmo com dimensões reduzidas, foi considerada justificada em caso de paisagens com um carácter muito próprio, com uma forte identidade, claramente diferente da envolvente.

A delimitação das unidades mostrou ser uma das tarefas mais difíceis, uma vez que raramente a transição de uma unidade de paisagem para uma outra se faz através de uma linha de mudança brusca. O carácter de cada unidade de paisagem, reflectido num padrão que lhe é característico, é geralmente muito claramente definido numa área central da unidade, constituindo uma espécie de núcleo dessa unidade de paisagem. Para cada unidade, entre essa área nuclear e as áreas nucleares das unidades que a envolvem, há um espaço de transição mais ou menos extenso. Nalguns casos esta transição atinge tais dimensões que justifica a individualização de uma unidade, cujo carácter é pouco definido e as características são exactamente de transição. Em qualquer caso, o limite estabelecido não deve ser considerado como uma linha claramente definida e perceptível no terreno, mas sim como uma transição progressiva. A localização do limite poderia na maioria dos casos ser ligeiramente alterada sem que tal implicasse questionar a coerência das unidades em questão ou o seu carácter.

As unidades obtidas, assim como os seus limites, correspondem aos critérios e à abordagem da equipa do estudo, que reconhece e assume uma certo grau de subjectividade no método desenvolvido, tendo sempre a preocupação de explicitar as opções tomadas. Outros peritos poderiam chegar a resultados próximos ou a decisões claramente diferentes, num ou em vários casos. Por outro lado, a identificação e caracterização agora definida corresponde ao contexto temporal em que foi feito o estudo. Tendo em conta a dinâmica da paisagem, o mesmo estudo levado a cabo num outro momento teria, ou terá, certamente resultados diferentes.

CONCLUSÃO

A metodologia desenvolvida tem demonstrado várias características importantes para o estudo e compreensão da paisagem. Por um lado, o ser flexível, adaptável a vários tipos de paisagem, podendo considerar diferentes factores como determinantes em áreas com características também diferentes. Apresenta também flexibilidade para poder ser utilizável a vários níveis, podendo-se aprofundar mais ou menos a análise, tanto cartográfica como baseada na recolha de informação de outras fontes.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM DE PORTUGAL CONTINENTAL

Por outro lado, o trabalho desenvolvido pressupõe-se como processo, com continuidade. Ou seja, não se assume como definitivamente acabado, mas permite aperfeiçoamentos, verificações, correcções, actualizações futuras a várias escalas de aproximação à paisagem.

É também uma abordagem aplicada, tendo em vista a gestão da paisagem e considerando as questões que hoje se lhe põem e os instrumentos de intervenção existentes, e que visa resultados que possam servir de base a uma reflexão integrada no âmbito do ordenamento do território.

E, finalmente, a metodologia utilizada pretende conciliar a informação objectiva com informação mais subjectiva, o que é visto pela equipa como essencial para a compreensão da paisagem e da sua dinâmica, e também para qualquer processo efectivo de gestão da mesma, uma vez que nela estão envolvidas comunidades humanas com comportamentos, sensibilidades e reacções não enquadráveis em modelos racionais, redutores da natureza humana.

Para todo o país, assim como para cada unidade, foi recolhida e trabalhada de forma integrada uma enorme quantidade de informação, que permitiria prolongar e aprofundar muito mais o estudo. Por outro lado, ao longo de todo o processo de reflexão em conjunto pela equipa para a definição e aperfeiçoamento da metodologia e para a identificação das unidades, foi sendo acumulado conhecimento e experiência sobre as questões da paisagem e da sua compreensão, com potencial para o desenvolvimento de estudos complementares, mais aprofundados e com várias possíveis abordagens sobre a paisagem.

Espera-se assim que este trabalho possa vir a constituir um contributo útil para uma abordagem integrada e com perspectivas de continuidade sobre a paisagem e a sua gestão em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COUNTRYSIDE COMMISSION (1993) - *Countryside Character. The character of England's natural and man-made landscape. Countryside Commission*, Walgrave. Northampton
- FORMAN R. AND GODRON M (1986) - *Landscape Ecology*. John Wiley and Sons. New York
- GASPAR J., (1993) - *As Regiões Portuguesas*. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa
- HELMFRID S., (1994) - *Landscape and Settlements*. National Atlas of Sweden. SNA. Stockolm
- JANIN C., (1995) - *Peut-on "faire l'économie" du paysage pour gérer le territoire? L'agriculture dans le paysage, une autre manière de faire du développement local*. Dossier de la Revue de Géographie Alpine, 15:11-30
- MANSIKKA M., HEIKKILA T. AND STRANDEL C., (1993) - *National Landscapes*. Ministry of the Environment, Finland. Helsinki
- MARUSIC J., (1998) - *Regional Distribution of Landscape Types in Slovenia. Methodological Bases*. National Office for Physical Planning. Republic of Slovenia
- NAVEH Z. AND LIEBERMAN A., (1994) - *Landscape Ecology - Theory and Application*. Springer-Verlag. New York
- RIBEIRO O., (1986) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Ed. Sá da Costa. Lisboa
- SARAIVA G., (1999) - *O Rio como paisagem. Gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa
- USHER M.B.(Editor), (1999) - *Landscape Character. Perspectives on Management and Change*. The Stationery Office. Scottish Natural Heritage and Macaulay Land Use Research Institute. Edinburgh
- WALDER B. e GLAM A. (1998)- *Swiss Landscape Concept. Partners for Landscape*. Switzerland

ALEXANDRE CANCELA D'ABREU E TERESA PINTO CORREIA

ZONNEVELD I.S., (1990) - Scope and concepts of Landscape Ecology as an emerging science. In: Forman F. and Zonneveld I.S. (Editors), *Changing Landscapes: An Ecological Perspective*. Springer-Verlag, New York